

PRÁTICAS DIALÓGICAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.

Dominique Alexandra Lima Arruda¹

Joice Liara Bertolo²

Neusetete Machado Rigo³

INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo de alfabetização esteve ligado não apenas ao desenvolvimento de métodos pedagógicos, mas também à aplicação de práticas disciplinares voltadas ao controle do comportamento infantil. Entre essas práticas, destaca-se o uso do castigo como instrumento tanto de correção comportamental quanto nos processos de ensino e de aprendizagem, refletindo concepções pedagógicas de infância e de educação.

A reflexão que apresentamos neste estudo parte da problemática vivenciada nas atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), iniciadas por ocasião do edital Nº10/CAPES/2024. Acompanhando uma turma dos anos iniciais observamos situações que envolviam práticas semelhantes às correções comportamentais, que remeteram às formas históricas de castigo escolar. Compreendemos a necessidade de problematizar estas práticas para compreendê-las sobre seus fundamentos e efeitos que podem produzir na educação das crianças. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a presença do “castigo” no contexto da alfabetização, considerando seus desdobramentos sobre a formação da criança e suas implicações pedagógicas.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, que para Chizzotti (2003, p.221) “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. Para a construção dos dados, utilizamos também a observação e a pesquisa bibliográfica. Assim, a natureza da pesquisa é teórico-empírica, uma vez que combina a revisão bibliográfica com a observação direta em sala de aula.

A observação foi realizada em uma turma com 21 alunos, 1 professora regente, e 3 bolsistas, em uma escola municipal de um município da região das Missões do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, no período de março a abril de 2025, no turno da tarde. Da observação realizada recortamos duas situações que contém marcas de práticas disciplinares semelhantes a castigos. Estas situações, apresentadas na sequência, como cena 1 e 2, constituem-se como dados para

¹ Acadêmica/bolsista do Curso de Pedagogia Licenciatura – 3ª/1º/2025 - Universidade Federal da Fronteira Sul - *campus* Cerro Largo, dominiquearruda@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia Licenciatura – 3ª/1º/2025 - Universidade Federal da Fronteira Sul - *campus* Cerro Largo, liarabertolo@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Orientadora- Prof.^a do Curso de Pedagogia Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul. neusetete.rigo@uffs.edu.br

⁴ Agradecimentos ao Programa PIBID e à CAPES pelo apoio fundamental concedido, que possibilitou a realização desta pesquisa.

nossas análises, as quais foram tratadas considerando a tensão entre modelos disciplinares tradicionais e abordagens dialógicas.

Quadro 1 - Cena 1 (04/04/2025)

Entrando na sala de aula fomos recepcionados com cumprimentos pelos alunos. Em seguida, nos dirigimos a um espaço disponível, de onde passamos a observar o ambiente e o comportamento das crianças. Notamos, no canto esquerdo do quadro, a presença dos nomes de alguns alunos. Estes, diferentemente dos demais, permaneciam sentados em suas carteiras enquanto o restante da turma interagiu em atividades lúdicas. Após aproximadamente dez minutos, a professora os chamou para uma conversa individual e, em seguida, autorizou que se juntassem às demais crianças nas brincadeiras.

Fonte: elaborado pelas autoras

Quadro 2 - Cena 2 (11/04/2025)

No dia 11 de abril de 2025, ao chegarmos à sala de aula, os alunos estavam retornando do recreio e do banheiro. Neste momento, um dos estudantes se aproximou e relatou um incidente à professora:

Lucas: João me bateu, me deu dois socos e me empurrou.

Professora: Quando? No recreio ou no banheiro?

Lucas: No recreio.

Professora: Tá bom, quando o João chegar vou perguntar para ele o que aconteceu.

Após cerca de cinco minutos, João retornou à sala, momento em que a professora imediatamente conduziu uma conversa investigativa:

Professora: João, como foi o recreio? Me conta o que você fez.

João: Eu corri, brinquei, tomei água...

Professora: Fiquei sabendo que você brigou com o Lucas também, é verdade?

João: Não sei.

Professora: É sim ou não, brigou?

João: Não lembro.

Professora: Não lembra? Sabe que não se pode mentir né. Vou perguntar mais uma vez, brigou com o Lucas?

João: Sim.

Professora: Ah bom, você deu socos e empurrões nele?

Lucas: Sim!

Professora: Só um momento Lucas, é a vez do João falar o que aconteceu.

João: Sim, mas só "di" dois socos e um empurrão, mas porque ele "tava" me incomodando, profe.

Professora: Tá bom, mas você deveria ter vindo me contar se ele estava te incomodando, não se pode bater no coleguinha. Mesmo que ele esteja te incomodando, se isso acontecer, vem falar com a profe que eu vou resolver. Colegas, nas nossas regras de convivência, podemos dar socos ou empurrar os colegas?

Alunos em coro: Não!

Professora: Podemos incomodar o coleguinha?

Alunos em coro: Não!

Professora: Então está bom. O nome de vocês dois vai para o quadro e vocês ficarão dez minutos sem poder brincar no parquinho, por não cumprirem com o acordo de convivência. Se brigarem novamente no parquinho, semana que vem ficarão dez minutos sem a educação física.

Após esse momento, todos os alunos se dirigiram ao parquinho, inclusive aqueles que estavam com o nome escrito no quadro. Enquanto os demais brincavam, os dois alunos permaneceram sentados em um banco, aguardando o término do tempo estabelecido. Quando os dez minutos se completaram, a professora chamou um por um para uma nova conversa.

Durante esse diálogo individual, a docente os questionou sobre os motivos das ações cometidas, se consideravam essas atitudes corretas, se gostariam que fizessem o mesmo com eles e quais outras alternativas poderiam ter adotado. Os alunos expressaram seus sentimentos em relação ao ocorrido, relataram suas versões e pediram desculpas. A professora ressaltou que os pedidos de desculpas

deveriam ser direcionados aos colegas e não a ela. Por fim, os alunos verbalizaram quais ações seriam mais adequadas em situações semelhantes e a professora finalizou expressando sua expectativa de que o episódio não voltasse a acontecer.

Fonte: elaborado pelas autoras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o surgimento da escola como instituição, a partir do século XVII, a disciplina e o castigo tornaram-se elementos centrais no processo educativo. Ariès (1986, p.165) destaca “[...] se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar cada vez mais crianças durante um período de formação tanto moral quanto intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária [...]”, a rigidez e a punição física eram comuns, refletindo a visão da criança como um ser a ser moldado pela autoridade .

Essas práticas nos mostram uma visão de que a aprendizagem era um processo de dominação do corpo e da mente, em que a obediência era prioritária em relação à compreensão. O comportamento dos estudantes quando visto como inadequado permitia espaço para que o professor usasse alguma forma de punição, desde uma simples ofensa, até aos atos graves de agressão.

Percebe-se que práticas punitivas, como o castigo tradicional e sua versão contemporânea suavizada — o chamado “cantinho do pensamento” — continuam a influenciar a educação infantil em muitas escolas. Embora apresentadas como estratégias pedagógicas, mantêm um viés punitivo. Ambas desconsideram as necessidades emocionais da criança, privilegiando a obediência imediata em detrimento do desenvolvimento de uma compreensão genuína sobre seus comportamentos. Ainda que o “cantinho do pensamento” pareça suave, ele carrega traços de isolamento e constrangimento, que podem comprometer o vínculo afetivo e o desenvolvimento emocional saudável, revelando-se, portanto, uma forma sutil, porém igualmente danosa, de punição.

No contexto da alfabetização, o uso de práticas punitivas pode gerar impactos negativos no desenvolvimento da aprendizagem. O castigo, ao invés de promover o engajamento e o interesse pelo processo de construção do conhecimento, tende a intimidar a participação ativa da criança, gerando sentimentos como insegurança, medo e baixa autoestima. Esses fatores podem acabar comprometendo a autonomia e a curiosidade, elementos que são importantes na fase inicial da leitura e escrita. Além disso, quando o erro é tratado como punição em vez de oportunidade de aprendizagem, a criança pode desenvolver uma relação negativa com o ambiente escolar, associando o ato de aprender a experiências de frustração e constrangimento. Assim, é essencial fundamentar a alfabetização em práticas acolhedoras, que valorizem o erro como parte do percurso e estimulem a construção de conhecimentos e do indivíduo em um ambiente seguro e encorajador.

Entretanto, a mediação pautada pelo diálogo representa um avanço em relação aos métodos repressivos que historicamente marcaram a prática educativa. O uso do diálogo após a medida disciplinar aproxima-se de uma pedagogia de caráter problematizador, na qual o papel do educador não se limita à imposição de normas, mas se estende à promoção da compreensão crítica por parte dos alunos.

Segundo Freire (1987), a educação deve ser um ato dialógico, incompatível com a lógica do castigo. Nesse sentido, Freire afirma:

O diálogo torna-se a essência de uma educação humanizadora e se constitui como um fenômeno essencialmente humano, realizado pelas pessoas por meio da palavra, a partir de duas dimensões: a ação, para a transformação e não alienação e a reflexão, atrelada à conscientização crítica e não alienante. Assim, a palavra não deve ser um privilégio de poucas pessoas, mas direito de todos os homens e mulheres (Freire, 1987, p. 78).

Assim, as práticas pedagógicas dialógicas são marcas importantes para a educação da infância, porque desenvolvem a reflexão e a autonomia das crianças para lidar com os conflitos entre seus pares.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentamos as análises realizadas a partir dos dados coletados na observação das aulas, considerando a tensão entre modelos disciplinares tradicionais e abordagens dialógicas.

A situação observada na cena 2 relatada apresenta um interessante ponto de intersecção entre práticas disciplinares tradicionais e abordagens pedagógicas mais dialógicas e reflexivas. Ainda que a professora tenha recorrido à imposição de uma consequência – a retirada temporária do tempo de lazer – como resposta ao descumprimento de normas coletivas, sua atuação revela também uma intenção pedagógica voltada à reflexão, ao diálogo e ao desenvolvimento da consciência ética dos alunos.

Na cena 1, a identificação dos alunos no quadro demonstra um sistema de registro de comportamentos negativos ou de não cumprimento de regras, funcionando como uma ferramenta de “organização e gestão da sala”. A conversa individual antes da liberação para as brincadeiras destaca a abordagem dialógica da professora, que priorizou o acolhimento e a escuta, em vez da simples imposição de regras. Ao analisarmos essa prática à luz de Michel Foucault (2011, p.16), podemos entender que “O corpo se encontra aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele [...] visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem”. Assim, o controle dos corpos, a vigilância simbólica (representada pelo nome das crianças no quadro) e a aplicação de punições leves configuram formas de normatização das condutas. Podemos reconhecer traços da lógica disciplinar que perpassa as instituições modernas, incluindo a escola, mesmo quando a punição se apresenta suavizada, como a exclusão temporária de uma atividade recreativa, pois ela ainda carrega o caráter de correção e enquadramento do comportamento dentro de um modelo de docilidade esperado pela instituição escolar.

Contudo, na cena 2, especialmente, a professora também se distancia parcialmente dessa racionalidade disciplinar ao introduzir o diálogo como parte fundamental do processo. A conversa individual antes da liberação para as brincadeiras destaca a abordagem dialógica da professora, que priorizou o acolhimento e a escuta, em vez da simples imposição de regras. Seu esforço em escutar os alunos, promover a autorreflexão e encorajar a responsabilidade individual aproxima-se da pedagogia crítica de Paulo Freire (2013), para quem a educação deve ser um ato de libertação e não de domesticação. Quando a docente pergunta aos alunos o que poderiam ter feito de diferente e os convida a se colocarem no lugar do outro, ela não apenas transmite regras, mas constrói sentido coletivo para elas, possibilitando um aprendizado que vai além da obediência passiva.

Além disso, é possível relacionar a situação com a perspectiva histórica de Philippe Ariès (1986), que analisa a construção social da infância. No passado, as crianças eram vistas como "pequenos adultos", submetidas à autoridade rígida e sem valorização de sua subjetividade. No episódio descrito, nota-se um avanço em relação a essa visão, uma vez que as crianças são ouvidas, têm seus sentimentos considerados, validados e são inseridas como agentes ativos no processo de resolução do conflito. Esse reconhecimento da infância como uma fase legítima do desenvolvimento humano, com especificidades afetivas e sociais, revela uma mudança significativa na forma como a escola se relaciona com o aluno.

Portanto, as cenas observadas evidenciam uma tensão entre o modelo disciplinador da escola tradicional e as possibilidades de uma pedagogia emancipadora. Embora a prática docente, ainda seja marcada por elementos de controle, abre espaço para que haja a escuta, o diálogo e a construção da autonomia das crianças, estabelecendo-se como um importante passo para uma educação mais humanizada e democrática, que reconhece o conflito não como falha, mas como oportunidade de aprendizagem.

CONCLUSÃO

A partir da análise qualitativa, aliando revisão bibliográfica e observação direta em sala de aula, identificamos que, apesar da diminuição das punições físicas tradicionais, formas simbólicas de castigo persistem no cotidiano escolar, refletindo vestígios de um modelo disciplinador que ainda orienta práticas pedagógicas.

A observação revelou uma atuação docente que, embora tenha incorporado elementos punitivos, caminha em direção a uma prática mais dialógica e reflexiva. Ao transformar o conflito em uma experiência de aprendizagem socioemocional por meio da combinação de imposição de consequências com momentos de escuta e mediação, o educador contribui para o desenvolvimento da autorreflexão, da responsabilidade e da empatia, fundamentais para uma educação mais humanizada, crítica e emancipatória, conforme defendido por Freire.

Concluimos também que existem limitações importantes, como a persistência de práticas enraizadas na cultura escolar e a ausência de formação continuada para que os docentes possam desenvolver alternativas pedagógicas reparadoras.

A atuação que foi analisada se revela importante por demonstrar que, mesmo diante de desafios estruturais e culturais, é possível promover uma intervenção educativa que respeite a criança como sujeito de direitos e ativo na sua aprendizagem. A defesa de uma pedagogia comprometida com o diálogo, o afeto e a escuta ativa reforça o papel transformador da educação e a urgência de rever práticas disciplinares ainda vigentes no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **A História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.